

Mais um ano se vai...

O ano de 2003 se encerra sob a marca da retomada da Política no cotidiano dos movimentos e na relação com o Estado, contexto positivo que decorre, em particular, pela contribuição do governo Lula à democracia participativa. São exemplos: o processo de debate sobre desenvolvimento no contexto de elaboração do Plano Plurianual, as conferências das Cidades, Ambiental, de Saúde, as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a instalação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), e muitas audiências sobre a reforma da Previdência

Para os movimentos de mulheres e feministas, os desafios foram ainda maiores pois este foi um ano também marcado por vários encontros no movimento: XIV encontro nacional feminista; II encontro da Rede de Publicações Feministas; Seminário Estratégias das Mulheres para a OMC; I Seminário Internacional - O feminismo acadêmico em debate; II Encontro das Mulheres Negras Lai lai Apejo; IV Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas; VIII Reunião do Comitê Político da AMB; 6º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT; V Congresso do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará, VI Congresso da UBM, II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais e vários outros que aconteceram nos estados e nas cidades.

Para os fóruns estaduais ligados à AMB, a ação de monitoramento da violência de gênero, realizada entre junho e novembro, e estendendo-se para março de 2004, em alguns casos, foi um momento a mais de articulação e afirmação local das lutas feministas, que somou-se a muitas outras participações.

... E no ano que vem

Mobilização será a marca de 2004

De 16 a 21 de janeiro acontece o IV Fórum Social Mundial, um processo que estará marcado por muitos eventos, alguns dos quais contarão com a presença de duas feministas brasileiras: Guacira César de Oliveira e Carla Batista, que integram a coordenação da Articulação Feminista Marcosur. Dentre as atividades ligadas ao FSM destacamos: a segunda Reunião Feminista Internacional (Construindo Solidariedade – Diálogos Feministas), um encontro que irá preparar a intervenção feminista em Mumbai (Índia) e que terá desdobramentos após o FSM 2004.

Além da reunião, será realizado no FSM o painel “Corpos Políticos e as Novas Lutas Emancipatórias/libertárias que alimentam uma Democracia Radical”. O painel será promovido pelas redes engajadas na Campanha Contra os Fundamentalismos, sob organização da AFM, tendo como base nota conceitual elaborada por Maria Betânia Ávila (SOS Corpo – Gênero e Cidadania). Na sequência, em fevereiro, será realizado o III Fórum Pan Amazônico e, em julho, o Fórum Social das Américas.

Contra o livre comércio

Ainda em janeiro, será realizado em Havana (Cuba), o Encontro Hemisférico sobre a ALCA. No Brasil, as ações contra o livre comércio terão relevo especial, considerando as duas importantes reuniões que ocorrem no ano que vem: em junho, a reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); e em julho, a reunião a reunião ministerial da ALCA. Para os dois eventos estão sendo organizadas mobilizações e outras atividades paralelas.

No âmbito das políticas governamentais do governo Lula, será iniciado em janeiro o processo da Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do CNDM. Também estará na pauta de 2004 o processo de concertação nacional sobre modelo de desenvolvimento, uma ação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, coordenado pelo ministro Tarso Genro.

No segundo semestre de 2004, a ênfase estará nas eleições municipais. Para as feministas, será um desafio articular a ação das mulheres para estarem na cena política em três distintas ações, sendo uma delas o empenho para a ampliação das candidaturas de feministas. Mais que isso, será preciso mobilizar as mulheres eleitoras para um voto consciente e posicionado; e atuar para o debate de proposições do movimento de mulheres, na perspectiva de transformações na política e na realidade dos municípios.

No âmbito da AMB, a principal marca será a comemoração dos seus 10 anos. Por orientação do Comitê Político Nacional, a secretaria executiva da AMB está providenciando o resgate deste importante capítulo da história do movimento de mulheres, no Brasil, que inclui a trajetória de fóruns, articulações e núcleos de todos os estados brasileiros .

CNDM aprova regimento da I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres

Foi aprovado na segunda reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), realizada no início do mês (2), o regimento da primeira conferência governamental sobre políticas para as mulheres, a ser realizada entre os dias 17 e 19 de junho do próximo ano, em Brasília. O regimento foi discutido dentro de uma pauta que ainda incluiu entre os assuntos: o encontro nacional de conselhos dos direitos da mulher; o Ano da Mulher (2004) e o Plano Plurianual 2004-2007, atividades debatidas por outros grupos de trabalho do Conselho.

Schuma Schumacher, pela AMB; Nilza Iraci, pela Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras; Eline, da União Brasileira de Mulheres; e mais três técnicas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) integraram o GT que discutiu a proposta de regimento da conferência. Preparado pela Secretaria, o documento foi aprovado pelo CNDM com poucas alterações, devendo ser assinado pelo presidente Lula ainda este ano. No início de 2004, estará seguindo para as organizações do movimento de mulheres, prefeituras e governos estaduais uma cartilha da SPM com o regimento da Conferência.

Conferência exigirá rápida mobilização das mulheres

Com o objetivo de propor diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a ser apresentado ao presidente Lula, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres terá como tema: "Políticas para as Mulheres – um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero".

O processo da Conferência se dará através de palestras, painéis, grupos de trabalho e plenárias. Deverá ser considerada a perspectiva étnico-racial em todo os eixos temáticos, que focam: análise da realidade brasileira e os desafios para a construção da igualdade; avaliação das políticas públicas desenvolvidas para as mulheres, nos três níveis de governo; e a proposição de diretrizes de uma política nacional para as mulheres, numa perspectiva de gênero. Com um cronograma que exigirá uma rápida mobilização do movimento, a conferência terá as seguintes etapas: de 5 de janeiro a 4 de abril, a etapa municipal e/ou regional; e entre 5 de abril e 16 de maio, as conferências estaduais. Mesmo que em todos os estados não sejam cumpridos esses prazos, o regimento assegura a realização da etapa nacional da conferência, de 17 a 19 de junho de 2004.

Consulta Internacional apóia Resolução do Governo Brasileiro

De 12 a 15 deste mês aconteceu, no Rio de Janeiro, a *Consulta Construindo uma estratégia internacional sobre Orientação Sexual: a Comissão de Direitos Humanos da ONU e futuros horizontes*. O evento reuniu ativistas da luta pelos direitos sexuais vindos da Austrália e de países da África, Ásia, Europa, América Latina, América do Norte.

De acordo com Sonia Corrêa (Rede Dawn/ABIA) um dos objetivos da Consulta foi o de desenvolver uma estratégia internacional de apoio à Resolução brasileira apresentada na Comissão de Direitos Humanos da ONU, que propõe incorporar o conceito de igualdade sexual como componente dos direitos humanos. A proposição foi apoiada por Canadá e União Européia, mas contestada pela Organização dos Estados Eslâmicos e pelo Vaticano. Foram apresentadas mais de 50 emendas ao texto brasileiro. Por isso, a Comissão da ONU adiou a votação da proposta para o ano que vem.

Um dos resultados da Consulta Internacional foi a criação de um comitê brasileiro, que terá como missão promover o debate público da Resolução e apoiar o governo brasileiro, para que rerepresente a proposta na Comissão da ONU, em 2004. Leia mais em : www.resolucaobrasileira.blogspot.com.br

CONTEXTOS

Neste *Articulando*, anexamos arquivos que trazem posicionamentos e conteúdo para reflexão sobre pontos da pauta dos movimentos sociais, em 2003, com desdobramentos em 2004.

O primeiro texto apresenta a posição da Campanha Nacional contra a ALCA e reúne propostas e um calendário de mobilizações, tendo em vista a reunião de ministros que ocorrerá no Brasil, entre julho e agosto de 2004.

O segundo arquivo anexado traz comentários de feministas sobre a 12ª Conferência Nacional de Saúde.

O terceiro anexo contém o Relatório conclusivo do *Grupo de Trabalho Interministerial que tratou da Inclusão na Previdência Social*, a partir de uma pauta apresentada por diferentes articulações e organizações do movimento de mulheres. Pronunciamento recente da senadora Serys Shessarenko (PT) destaca: "A pressão e a mobilização dos movimentos de mulheres e de feministas foi fundamental para assegurar que a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/2003) da reforma da Previdência determinasse a criação de um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadoras/es de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto a aposentadoria por tempo de contribuição".

O quarto e último arquivo traz uma carta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma articulação de 120 organizações e movimentos da sociedade civil. A carta foi entregue dia 19 ao presidente Lula e faz um balanço do primeiro ano do atual governo em relação à política pública de Educação. Cobra do presidente e do Congresso Nacional "a revisão urgente de uma rota que empurra a Educação Pública para um horizonte de maior precarização".